

## DEPEN/DIRETORIA DO SISTEMA PENITENC. FEDERAL

**Estudo Técnico Preliminar 45/2024****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08016.022705/2024-04

**2. Introdução**

2.1. Conforme disposto no art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento da contratação, com a finalidade de caracterizar o interesse público envolvido e indicar a melhor solução para atender à demanda apresentada. Trata-se, portanto, de instrumento fundamental para a adequada fundamentação do Termo de Referência e dos demais documentos que integram o processo licitatório.

2.2. Nesse contexto, o presente ETP será elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, que disciplina a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como estabelece diretrizes para utilização do Sistema ETP Digital.

2.3. O objetivo deste estudo é avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação pretendida, fornecendo elementos consistentes que subsidiem a tomada de decisão, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Além disso, o ETP busca identificar e analisar os diferentes cenários possíveis para o atendimento da demanda formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas.

2.4. O presente documento será elaborado de forma conjunta por servidores da área técnica e da unidade requisitante, designados por meio de portaria específica como integrantes da equipe de planejamento da contratação. A equipe realizou, de maneira integrada, as seguintes atividades: elaboração deste Estudo Técnico Preliminar; análise de riscos; pesquisa de preços com análise crítica e definição do preço de referência; e a elaboração do Termo de Referência.

**3. Descrição da necessidade**

3.1. A presente demanda foi registrada no Documento de Formalização da Demanda (DFD), mas, em razão de ajustes apontados pela Consultoria Jurídica, as informações complementares foram consolidadas neste Estudo Técnico Preliminar, de forma a contemplar integralmente os requisitos previstos no art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 8º do Decreto nº 10.947/2022.

3.2. A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo assegurar que a contratação para aquisição de munições de manejo/inertes, nos calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm, destinadas aos Policiais Penais Federais, ocorra de forma planejada, transparente e fundamentada em critérios técnicos rigorosos, conforme preceituado pela Lei nº 14.133/2021 e pela IN SEGES nº 58/2022.

3.3. Este estudo viabiliza a identificação precisa da demanda institucional, prevenindo contratações inadequadas, ineficientes ou desnecessárias, além de possibilitar uma análise detalhada das alternativas disponíveis no mercado, com vistas à seleção da solução que melhor atenda ao interesse público, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade.

3.4. A aquisição visa atender diretamente à necessidade de treinamento tático-operacional e de segurança institucional dos Policiais Penais Federais. As munições inertes, por sua natureza, permitem a simulação realística de procedimentos operacionais, como manuseio seguro, resposta a panes de armamento, exercícios de abordagem e ações de controle de distúrbios, sem os riscos associados ao uso de munições reais.

3.5. Tal demanda tem como premissa a adoção de boas práticas de segurança institucional, alinhada ao planejamento estratégico da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), garantindo condições adequadas de treinamento, o que contribui para a redução de riscos operacionais e para a integridade física dos servidores e demais envolvidos nas atividades penitenciárias.

3.6. Ressalta-se que a adoção de munições inertes está em conformidade com as recomendações de segurança e treinamento de forças policiais, sendo uma exigência técnica para capacitações com foco em armamento, tiro e técnicas operacionais, conforme os padrões estabelecidos pela Diretoria do Sistema Penitenciário Federal.

3.7. Esta contratação também atende ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, evitando o uso de munições reais em ambientes de instrução e contribuindo para o uso racional de recursos públicos, além de minimizar os riscos de acidentes durante os treinamentos.

3.8. O presente ETP está vinculado ao processo administrativo SEI nº **08016.022705/2024-04**, no âmbito da SENAPPEN, Ministério da Justiça e Segurança Pública.

### **3.9. Contexto Institucional**

3.9.1. A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) é o órgão executivo responsável por acompanhar e controlar a aplicação da Lei de Execução Penal e pela implementação das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, conforme definido nos artigos 71 e 72 da Lei nº 7.210/1984 e regulamentado pela Portaria nº 199/2018.

3.9.2. Integrando a estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme o Decreto nº 11.348/2023, a SENAPPEN tem como uma de suas principais funções a gestão do Sistema Penitenciário Federal, que inclui, entre seus objetivos estratégicos:

- Isolamento de lideranças de organizações criminosas;
- Garantia da efetiva execução da Lei de Execução Penal;
- Custódia de presos submetidos ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD);
- Custódia de líderes de facções criminosas e de indivíduos de alta periculosidade;
- Custódia de réus colaboradores presos ou delatores premiados.

3.9.3. O Sistema Penitenciário Federal abriga internos de alta periculosidade, como chefes de facções criminosas e presos ameaçados em estabelecimentos estaduais. A complexidade e os riscos associados às atividades desenvolvidas exigem da SENAPPEN altos padrões de segurança, o que reforça a necessidade de treinamentos contínuos e especializados para os Policiais Penais Federais.

3.9.4. A Diretoria da Polícia Penal Federal (DPPF) é responsável pela coordenação das atividades operacionais da Polícia Penal Federal, bem como pela administração das cinco penitenciárias federais situadas em Catanduvas (PR), Porto Velho (RO), Mossoró (RN), Brasília (DF) e Campo Grande (MS).

3.9.5. A efetividade do isolamento de criminosos de alta periculosidade, a manutenção da ordem e a garantia da disciplina nesses estabelecimentos penitenciários dependem da atuação qualificada e segura dos Policiais Penais Federais, cujas atividades exigem altíssimo grau de preparo técnico e operacional.

3.9.6. A realização de treinamentos com munições inertes é, portanto, uma condição imprescindível para o aperfeiçoamento contínuo das competências operacionais desses servidores, assegurando a capacidade institucional da SENAPPEN de cumprir sua missão institucional.

3.9.7. A unidade requisitante possui como atribuição institucional a promoção do treinamento contínuo dos Policiais Penais Federais, visando garantir a eficácia, a segurança e a conformidade legal das operações que envolvem o uso de armamentos letais. Tal responsabilidade decorre da necessidade permanente de manter os agentes preparados para situações de alto risco, inerentes ao exercício de suas funções.

3.9.8. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível a realização de instruções práticas e simulações realísticas, abordando diversas técnicas operacionais, tais como:

- Saque rápido e seguro de arma de fogo;
- Recarga tática e administrativa;
- Solução de panes (malfunction drills);
- Transição entre armamentos (ex.: arma longa para arma curta e vice-versa);
- Abordagem tática de ambientes de risco;
- Ações de controle de distúrbios;
- Simulações de emboscadas e resgate de reféns.

3.9.9. Nesse contexto, verifica-se a necessidade imprescindível de aquisição de munições de manejo/inertes, nos calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm, que viabilizem a execução de treinamentos de forma realística e segura, eliminando os riscos associados ao uso de munições reais durante os exercícios. As munições devem ser inteira, fabricada em peça única, usinada em alumínio ou liga metálica anodizada, sem partes desmontáveis, soldadas ou coladas.

3.9.10. As munições inertes são projetadas especificamente para simular, com precisão, o peso, as dimensões e o comportamento das munições reais, porém sem carga propelente ou espoleta ativa, o que garante a segurança absoluta durante os treinamentos. São utilizadas exclusivamente para fins de instrução, sendo fundamentais para:

- O desenvolvimento da memória muscular;
- O fortalecimento da disciplina de segurança com armamento;
- A preparação dos agentes para resposta sob condições de estresse operacional;
- A padronização de procedimentos táticos, conforme os protocolos internos de segurança da SENAPPEN.

3.9.11. A aquisição visa suprir uma lacuna operacional crítica, que impacta diretamente a qualidade, a segurança e a eficácia dos treinamentos institucionais, estando plenamente alinhada com o Planejamento Anual de Contratações e com os princípios constitucionais da eficiência administrativa, legalidade, economicidade e proteção à integridade física dos servidores públicos, conforme os artigos 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

3.9.12. Além disso, a aquisição está alinhada com as diretrizes institucionais da SENAPPEN, que priorizam a modernização e a qualificação contínua do seu efetivo, promovendo a excelência no desempenho das atividades de custódia, escolta e intervenção em situações críticas no sistema penitenciário federal.

3.9.13. Assim, a presente contratação torna-se imprescindível para atender às demandas operacionais da Polícia Penal Federal, assegurando a efetividade de seus treinamentos e a integridade física dos agentes e das equipes envolvidas nas atividades de capacitação.

3.9.14. Para mensurar os quantitativos a serem adquiridos pela Coordenação-Geral de Segurança e Operações Penais, tomou-se como base as demandas contidas na INFORMAÇÃO Nº 4/2024/GAT-Central/CGSEG/DISPF/SENAPPEN (29351944).

GRUPO	ESPECIFICAÇÃO	ITEM	CATMAT	REGIÃO	REGIÃO/LOCAL	QND ANUAL	QND 5 ANOS
1	Munição inerte no calibre 9x19mm	1	614488	CENTRO-OESTE	SEDE (PPF)	1.000	5.000
		2	614488	CENTRO-OESTE	PFBRA	1.000	5.000
		3	614488	CENTRO-OESTE	PFCG	1.000	5.000
		4	614488	SUL	PFCAT	1.000	5.000
		5	614488	NORTE	PFPV	1.000	5.000
		6	614488	NORDESTE	PFMOS	1.000	5.000
2	Munição inerte no calibre 12 Gauge	7	614488	CENTRO-OESTE	SEDE (PPF)	1.000	5.000
		8	614488	CENTRO-OESTE	PFBRA	1.000	5.000
		9	614488	CENTRO-OESTE	PFCG	1.000	5.000
		10	614488	SUL	PFCAT	1.000	5.000

		11	614488	NORTE	PFPV	1.000	5.000
		12	614488	NORDESTE	PFMOS	1.000	5.000
3	Munição inerte no calibre 5,56x45mm	13	614488	CENTRO-OESTE	SEDE (PPF)	1.000	5.000
		14	614488	CENTRO-OESTE	PFBRA	1.000	5.000
		15	614488	CENTRO-OESTE	PFCG	1.000	5.000
		16	614488	SUL	PFCAT	1.000	5.000
		17	614488	NORTE	PFPV	1.000	5.000
		18	614488	NORDESTE	PFMOS	1.000	5.000
4	Munição inerte no calibre 7,62x51mm	19	614488	CENTRO-OESTE	SEDE (PPF)	1.000	5.000
		20	614488	CENTRO-OESTE	PFBRA	1.000	5.000
		21	614488	CENTRO-OESTE	PFCG	1.000	5.000
		22	614488	SUL	PFCAT	1.000	5.000
		23	614488	NORTE	PFPV	1.000	5.000
		24	614488	NORDESTE	PFMOS	1.000	5.000

3.9.15. Informa-se dimensionamento da quantidade de munições inertes a ser adquirida foi realizado para um período de 2 (dois) anos, considerando a frequência e a intensidade dos treinamentos necessários à capacitação contínua dos Policiais Penais Federais.

3.9.16. Entretanto, visando à melhor gestão orçamentária, à adequação à realidade fiscal e à otimização logística, a aquisição será planejada para atender ao consumo anual, com previsão de contratação apenas de 50% do quantitativo inicialmente projetado no referido documento técnico.

3.9.17. Essa estratégia busca garantir a flexibilidade de gestão de estoque, reduzir o risco de obsolescência e permitir eventuais ajustes futuros no dimensionamento das próximas aquisições, com base no monitoramento do consumo real, nas condições de mercado e nas prioridades institucionais.

3.9.18. O prazo de vigência da contratação deverá ser de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, conforme estabelece o art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.9.19. Ainda de acordo com o art. 107 da referida lei, a vigência contratual poderá ser prorrogada por até 10 (dez) anos adicionais, desde que observadas as condições legais, mediante justificativa fundamentada e previamente aprovada pela autoridade competente.

3.9.20. Essa definição de vigência permite a continuidade do fornecimento, evitando a realização de procedimentos licitatórios sucessivos em curtos períodos e assegurando maior eficiência administrativa e economicidade, em conformidade com os princípios da planejamento e da vantajosidade, previstos nos artigos 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

Levantamento Detalhado do quantitativo a ser adquirido

3.10. O presente levantamento visa detalhar e fundamentar a aquisição de **munições de manejo/inertes** (cartuchos de treinamento e manejo a seco) nos calibres **9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm**. O quantitativo estabelecido destina-se a suprir a necessidade de materiais para **treinamento a seco** e compor o estoque fixo das **seis localidades** (5 Penitenciárias Federais e Sede da SENAPPEN), sendo necessárias **1.000 (mil) unidades de cada calibre para cada local**.

Calibre	Quantidade por Calibre
Munição 9x19mm Inerte/Manejo	6.000
Munição 12 Gauge Inerte/Manejo	6.000
Munição 5,56x45mm Inerte/Manejo	6.000
Munição 7,62x51mm Inerte/Manejo	6.000
TOTAL GERAL	24.000

Metodologia de Treinamento e Logística Operacional

3.11. O quantitativo é intrinsecamente ligado à metodologia de treinamento adotada e à manutenção da segurança institucional, que exige o **fracionamento do efetivo**.

*Logística nas Unidades Prisionais Federais*

3.12. Para não comprometer a segurança e a rotina operacional, o efetivo das Penitenciárias Federais é dividido em **quatro equipes principais** (Alfa, Bravo, Charlie, Delta).

- **Distribuição por Equipe:** O planejamento logístico prevê a distribuição de **240 (duzentas e quarenta) munições de manejo /inertes** para cada uma das quatro equipes.
- **Consumo Per Servidor:** Cada equipe é subdividida em duas subequipes para a execução dos exercícios (Alfa 1/Alfa 2, etc.), recebendo 120 (cento e vinte) munições por subequipe. Considerando que cada subequipe é composta por aproximadamente 27 (vinte e sete) servidores, o quantitativo aproximado de munições que cada policial penal recebe para o treinamento é de 4 (quatro) unidades.

*Logística na Sede da SENAPPEN*

3.13. Na Sede, o efetivo administrativo será fracionado em **quatro equipes** para o treinamento.

- **Distribuição e Consumo:** O treinamento logístico também prevê a distribuição de 240 (duzentas e quarenta) munições de manejo /inertes para cada equipe. Considerando que cada equipe é composta por aproximadamente 75 (setenta e cinco) servidores, o quantitativo aproximado de munições que cada policial penal recebe é de 3 (três) unidades.

Justificativa Técnica para Desgaste e Reposição

3.14. As munições inertes são o principal insumo para os exercícios de manejo a seco (solução de panes e recargas), permitindo o treinamento seguro de reflexo e memória muscular sem o desgaste da munição real. A aquisição do quantitativo é imperativa devido ao alto índice de desgaste imposto pelo ciclo de treinamento:

- **Intensidade de Uso:** Durante as sessões, cada munição é submetida a um ciclo mínimo de 100 (cem) repetições (ciclagem) de carregamento e ejeção. Essa alta frequência provoca a rápida degradação do material.
- **Taxa de Descarte:** Em função deste uso intensivo, a análise técnica demonstra que, em média, 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do estoque utilizado em cada ciclo de treinamento devem ser descartados por perda de funcionalidade e segurança.

Conclusão e Projeção de Consumo

3.15. O volume total de **24.000 unidades** destina-se, portanto, a equipar e reabastecer as seis localidades, sendo que a projeção de consumo mínimo anual de munições inertes é de **19.200 munições**. Esta margem residual é crucial para absorver o alto índice de desgaste e a taxa de descarte de 20% a 25% do material.

3.16. É fundamental ressaltar a economicidade do pleito: considerando o efetivo total de 1.400 Policiais Penais Federais, a aquisição de 1.000 unidades por calibre para estoque fixo representa apenas **0,71 munição de manejo por servidor por calibre de arma de fogo** para suprir a necessidade de toda a unidade, validando o caráter minimalista e essencial do pedido.

3.17. Adicionalmente, ela poderá garantir a capacidade de resposta a **eventos fora do planejamento**, como novas formações de servidores, ou treinamentos e apoios logísticos compartilhados com entidades co-irmãs e a Força Penal Nacional, assegurando que o material disponível seja sempre adequado e funcional para os ciclos de treinamento da Polícia Penal Federal.

#### **Grau de Prioridade da Contratação**

3.18. A presente contratação é classificada como de **prioridade alta**, conforme metodologia interna adotada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Tal classificação decorre da natureza crítica do objeto — munições de manejo/inertes — que são essenciais para a realização dos treinamentos operacionais dos Policiais Penais Federais.

3.19. A ausência desses insumos compromete diretamente a capacitação técnica, a segurança institucional e a continuidade das atividades finalísticas da SENAPPEN, especialmente em unidades de custódia de alta periculosidade. A priorização alta está alinhada ao planejamento estratégico do órgão e visa garantir a efetividade das ações de formação e reciclagem do efetivo, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **Indicação de Vinculação ou Dependência com Outro DFD**

3.20. A presente contratação **não possui vinculação direta ou dependência com outro Documento de Formalização da Demanda (DFD)**. Trata-se de uma demanda autônoma, voltada exclusivamente à aquisição de munições de manejo/inertes para fins de capacitação técnica dos Policiais Penais Federais, conforme especificado neste Estudo Técnico Preliminar.

3.21. No entanto, destaca-se que a contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações da SENAPPEN e às diretrizes estratégicas da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, podendo integrar, de forma complementar, o conjunto de ações voltadas à modernização e qualificação do efetivo operacional.

#### **Não caracterização como bem de luxo (Decreto nº 10.818/2021)**

3.22. As munições de manejo/inertes objeto desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, o qual caracteriza bens de luxo como aqueles com alta elasticidade-renda da demanda e atributos de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

3.23. As munições inertes, por sua natureza e finalidade, destinam-se exclusivamente ao uso institucional em treinamentos, manuseio seguro e instrução operacional, não apresentando qualquer conotação de sofisticação ou valor estético, tampouco características que indiquem ostentação ou consumo supérfluo.

3.24. Dessa forma, o bem é enquadrado como de qualidade comum, nos termos do art. 2º, inciso II, do mesmo Decreto, por se tratar de item funcional, técnico e utilitário, essencial ao cumprimento da missão institucional da unidade contratante.

#### **Declaração sobre Atividade de Custeio**

3.25. Declara-se, para fins de instrução do presente Estudo Técnico Preliminar, que a aquisição de **munições para armas de fogo** enquadra-se como **despesa de custeio**, por se tratar de **bem de consumo** destinado ao uso corrente em atividades de treinamento, não se incorporando ao patrimônio público.

3.26. Nos termos do **art. 20 da Lei nº 14.133/2021**, as aquisições devem observar critérios de padronização e adequação ao uso comum, vedada a compra de bens de luxo ou superiores ao necessário. O **Decreto nº 10.818/2021**, que regulamenta a classificação de bens de consumo, reforça que materiais cujo uso implica perecimento, destruição ou transformação de suas características são considerados bens de consumo, enquadrando-se as munições nessa definição.

#### **Indicação da Data Pretendida para a Conclusão da Contratação**

3.27. A contratação deverá ser concluída em prazo que assegure o recebimento das munições sem comprometer a continuidade das atividades finalísticas do órgão. O cronograma estimado prevê: até 45 (quarenta e cinco) dias para publicação do edital, seguidos de 30 (trinta) dias para entrega e análise da amostra; posteriormente, estima-se até 45 (quarenta e cinco) dias para homologação, adjudicação, empenho e assinatura do contrato. Após a formalização contratual, o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para entrega definitiva das munições deverá ser observado. Assim, a **data final pretendida para a conclusão da contratação corresponde a, no máximo, 300 (trezentos) dias contados da aprovação do ETP**, compatibilizando-se a tramitação processual com a necessidade administrativa e prevenindo prejuízos ou descontinuidade das atividades.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria do Sistema Penitenciário Federal	Marcelo Stona
Coordenação-Geral de Segurança e Operações Penais	José Renato Gomes Vaz

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A contratação tem como objetivo a aquisição de munições de manejo/inertes nos calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62 x51mm, indispensáveis para a realização das atividades e projetos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), conforme detalhado no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar.

Problema a ser resolvido

5.2. A ausência de munições de manejo/inertes compromete a execução de treinamentos e capacitações dos policiais. O treinamento prático contínuo é essencial para a proficiência no manuseio de armamentos e para a adoção de protocolos operacionais padronizados, reduzindo riscos de incidentes no desempenho das atividades institucionais. A indisponibilidade desses insumos prejudica a formação e a reciclagem dos servidores, impactando diretamente a segurança das operações e a eficiência no cumprimento das atribuições da SENAPPEN.

Necessidade sob a perspectiva do interesse público

5.3. A aquisição atende ao interesse público ao garantir que os Policiais Penais Federais estejam devidamente preparados para operar em situações de alta complexidade, como escoltas, contenção de crises e segurança penitenciárias federais. O treinamento eficaz resulta em maior segurança para a população, uma vez que servidores bem preparados reduzem a necessidade do uso de força letal, adotando técnicas mais eficientes e seguras de controle de situações adversas. Além disso, a simulação de cenários reais com munição inerte permite aprimorar protocolos sem riscos à integridade dos envolvidos.

Impactos positivos esperados

5.4. Proporcionará benefícios diretos à qualificação dos servidores, promovendo a padronização dos procedimentos operacionais e a melhoria da capacidade técnica do efetivo. Espera-se um aumento da proficiência dos servidores, a redução de falhas operacionais e a mitigação de riscos em intervenções táticas. Além disso, a utilização dessas munições durante os treinamentos permite a preservação da vida útil dos armamentos institucionais, reduzindo custos com manutenção corretiva e reposição prematura de peças.

Alinhamento com a missão institucional

5.5. A iniciativa está alinhada com a missão da SENAPPEN de garantir a segurança e eficiência no Sistema Penitenciário Federal, promovendo capacitação contínua e adotando práticas que elevem o nível de preparo dos seus policiais. O aprimoramento das técnicas operacionais e a consolidação de padrões de excelência são fundamentais para o cumprimento das diretrizes institucionais, contribuindo para a modernização e profissionalização da segurança pública no âmbito penal.

Justificativa Técnica para a Aquisição de Munições de Manejo/Inertes nos Calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm

5.6. A compra se faz essencial para o adequado treinamento e capacitação dos servidores da SENAPPEN, com foco na formação de profissionais preparados para a execução de suas funções com precisão, segurança e eficiência. Estas munições desempenham um papel fundamental no processo de simulação de cenários reais de operações, sem risco à integridade dos agentes e outros envolvidos.

5.7. Esses calibres são amplamente utilizados pelos Policiais Penais Federais. A utilização de munições inertes, que replicam as características das munições reais, é imprescindível para a realização de treinamentos adequados. Eles possibilitam a simulação fiel de situações críticas, permitindo que os servidores pratiquem as técnicas de manejo e estratégias de intervenção em um ambiente seguro. Ao utilizar esses insumos, os servidores podem se familiarizar com o comportamento dos armamentos, como recuo, precisão e tempo de resposta, o que contribui para a eficácia de suas ações em situações reais.

5.8. Além disso, o uso de munições inertes evita o desgaste excessivo dos armamentos e da infraestrutura de treino, já que as munições reais são de uso restrito a operações de alto risco e segurança. As munições de manejo, portanto, são mais adequadas para os treinamentos, garantindo uma utilização econômica e segura dos recursos públicos.

5.9. O fortalecimento contínuo das habilidades operacionais dos servidores, por meio da prática com esses calibres, impacta diretamente na segurança e eficiência das operações, reduzindo riscos de falhas operacionais e aumentando a confiança no manuseio das armas em situações de alta complexidade.

5.10. Por fim, a aquisição está em conformidade com a missão institucional, que visa garantir a segurança do Sistema Penitenciário Federal, assegurando que seus servidores possuam os conhecimentos e habilidades necessários para atuar com excelência em suas funções. A melhoria contínua do treinamento e do desempenho dos policiais é, portanto, um fator crítico para o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição.

5.11. É fundamental que as munições de manejo adquiridas sejam fabricadas em peça única, inteiriças, usinadas em alumínio ou liga metálica anodizada, sem partes desmontáveis, soldadas ou coladas. Essa especificação garante resistência mecânica e integridade estrutural durante o uso, evitando riscos de quebra, soltura de componentes ou falhas estruturais que possam comprometer a segurança dos treinamentos. Munições com partes desmontáveis, soldadas ou coladas apresentam maior vulnerabilidade ao desgaste, podendo se fragmentar ou soltar peças durante o uso, o que representa risco de acidentes, danos aos armamentos e falhas na simulação realista dos procedimentos operacionais. A fabricação inteiriça assegura maior durabilidade, segurança e fidelidade ao manuseio das armas, contribuindo para a eficácia e integridade dos treinamentos realizados.

### **Padrões Mínimos de Qualidade**

5.12. As munições de manejo/inertes a serem adquiridas devem atender aos seguintes padrões mínimos de qualidade:

- **Compatibilidade técnica:** Total adequação aos armamentos em uso pelo órgão, de acordo com o parque bélico existente.
- **Durabilidade:** Resistência a múltiplos ciclos de treinamento, sem deformação ou comprometimento da funcionalidade.
- **Segurança:** Construção que elimine qualquer possibilidade de ignição ou explosão, assegurando o uso seguro em treinamentos.
- **Resistência Mecânica:** A munição deverá suportar ciclos repetidos de carregamento, extração e ejeção.

### **Justificativa para a Inexistência de Catálogo Eletrônico de Padronização**

5.13. Apesar do previsto no art. 19 da Lei nº 14.133/2021, verifica-se que o objeto desta contratação — munições de manejo/inertes em calibres específicos para fins de treinamento técnico operacional — não está contemplado no Catálogo Eletrônico de Padronização disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou em outras bases padronizadas.

5.14. A inexistência de item padronizado decorre da natureza técnica e especializada do objeto, cujas características variam conforme requisitos de treinamento e compatibilidade com armamentos específicos utilizados nas unidades penitenciárias federais.

5.15. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme Decreto nº 11.462 /2023 e arts. 78 a 86 da Lei nº 14.133/2021, a ausência de padronização catalogada reforça a necessidade de definição de especificações técnicas próprias e personalizadas, com base em levantamento de mercado e experiência da Administração, a fim de garantir ampla competitividade e atendimento à necessidade institucional.

### **Exigências de Habilitação Técnica**

5.16. Para garantir que a contratação atenda plenamente aos requisitos técnicos, operacionais e de segurança necessários, a Administração exigirá que as empresas interessadas na futura licitação apresentem declaração formal de que tomaram conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da contratação.

5.17. Esta declaração poderá ser substituída por declaração assinada pelo responsável técnico da empresa, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, nos termos do que dispõe o Manual de Licitações e Contratos do TCU e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto na Lei nº 14.133/2021.

5.18. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, serão exigidos atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de bens com características iguais ou similares às especificadas nesta contratação, com as seguintes condições mínimas:

- 5.18.1. O atestado deverá estar devidamente identificado, emitido em nome da empresa licitante, descrevendo com clareza o objeto fornecido.
- 5.18.2 Não serão aceitos atestados que apresentem ressalvas relativas a irregularidades, inconformidades ou pendências técnicas na entrega do objeto, de modo a comprovar a conformidade e a qualidade dos bens fornecidos anteriormente.

5.19. Essas exigências visam assegurar a contratação de fornecedor com experiência comprovada na produção de munições inertes, garantindo a segurança dos usuários finais e o cumprimento das especificações técnicas essenciais para os treinamentos da Polícia Penal Federal, em consonância com o princípio da vantajosidade da contratação previsto na Lei nº 14.133/2021.

### **Subcontratação**

5.20. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



5.20.1. A vedação à subcontratação fundamenta-se na natureza crítica e especializada do objeto — munições de manejo/inertes — cujo fornecimento exige rastreabilidade, controle de qualidade direto do fabricante ou fornecedor responsável, e garantia da conformidade técnica com as especificações estabelecidas.

5.20.2. Trata-se de item sensível e vinculado à segurança institucional, de uso exclusivo em treinamentos operacionais, o que demanda responsabilidade técnica direta da empresa contratada, especialmente no que se refere à origem, integridade física e segurança dos materiais.

5.20.3. Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação pode ser limitada ou proibida pela Administração quando incompatível com o objeto, com os riscos envolvidos ou com a necessidade de controle direto sobre a execução contratual, como é o caso presente.

5.20.4. Dessa forma, a vedação visa preservar:

- A segurança institucional da SENAPPEN;
- A qualidade técnica e a responsabilidade direta do fornecedor;
- A efetividade da fiscalização contratual;
- A minimização de riscos operacionais e jurídicos.

### **Garantia da contratação**

5.21. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando não haver alta complexidade técnica na sua execução, bem como o fato de, em caso de não entrega do objeto licitado, não haverá qualquer pagamento realizado pela administração.

### **Não aplicação da reserva de cota para ME/EPP**

5.22. Durante a fase de planejamento, avaliou-se a possibilidade de adoção de medidas de fomento à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123 /2006, especialmente no que se refere à reserva de cota de até 25% do objeto e à subcontratação facultativa de ME/EPP.

5.23. Todavia, constatou-se a inviabilidade técnica e jurídica de tais medidas, com base nos seguintes fundamentos:

5.23.1. A fabricação, comercialização e transporte de munições inertes são atividades regulamentadas por órgãos de controle como o Comando do Exército Brasileiro e a Polícia Federal, demandando certificações e autorizações específicas, conforme o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto nº 10.030/2019;

5.23.2. O mercado fornecedor desse tipo de material é restrito, sendo composto predominantemente por empresas de médio e grande porte, devidamente registradas junto ao Exército Brasileiro para a atividade de produtos controlados (PCE);

5.23.3. Não foram identificadas, na pesquisa de mercado realizada, ME/EPPs com capacidade técnica, operacional e jurídica para atender ao objeto da contratação de forma autônoma;

5.23.4. A imposição de reserva de cota ou obrigatoriedade de subcontratação poderia gerar restrição à competitividade, aumento de custos e riscos à regularidade da contratação, com prejuízos à eficiência, à economicidade e ao interesse público.

5.24. Diante do exposto, **justifica-se a não aplicação da reserva de cota para ME/EPP**, com base na análise do mercado fornecedor e na regulamentação vigente aplicável ao objeto.

### **Consórcio**

5.25. **Fica vedada a participação de licitantes sob a forma de consórcio**, com base nos seguintes fundamentos:

5.25.1. O objeto da contratação — fornecimento de munições de manejo/inertes de calibres específicos — não demanda complexidade técnica ou financeira que justifique a união de empresas para execução conjunta;

5.25.2. Trata-se de contratação do tipo compra de bens padronizados, não se tratando de obra de grande vulto ou de serviço técnico especializado, situações em que o consórcio poderia ser admitido nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021;

5.25.3. A admissão de consórcios poderia aumentar a complexidade da análise de propostas, da habilitação e da gestão contratual, sem trazer benefícios proporcionais à Administração;

5.25.4. A vedação visa ainda preservar a competitividade, a celeridade processual e a segurança jurídica da contratação, considerando a característica do objeto e o histórico de aquisições semelhantes.

5.26. Assim, a vedação à participação em consórcio encontra respaldo na racionalidade técnica, na busca da eficiência administrativa e nas disposições legais que atribuem discricionariedade ao gestor quanto à aceitação dessa forma de participação (art. 15, §1º da Lei nº 14.133/2021).

#### **Observância a condições de mercado (Art. 40, I, da Lei nº 14.133/2021)**

5.27. Nos termos do art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a contratação observará condições de aquisição e pagamento compatíveis com as praticadas no setor privado, em consonância com o princípio da busca pela eficiência e economicidade.

5.28. O levantamento de mercado realizado identificou que as empresas do ramo praticam determinadas condições comerciais padronizadas, tais como:

5.28.1. fornecimento sob demanda com prazos de entrega pré-determinados;

5.28.2. pagamento com prazos entre 15 e 30 dias após a entrega (ou após a nota fiscal);

5.28.3. inclusão ou não de frete conforme a localidade e o volume contratado.

5.29. A proposta de contratação procurará alinhar essas condições às práticas correntes do setor privado, visando garantir atração de fornecedores qualificados, segurança jurídica, obtenção de melhores preços e regularidade na entrega. Isso assegura a viabilidade e exequibilidade da contratação, e atende ao que dispõe o art. 40 da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 40. Na contratação, deverão ser observadas, entre outras, as seguintes regras:

I - as condições de aquisição e de pagamento deverão estar compatíveis com as praticadas no mercado, ressalvadas as peculiaridades da contratação; [...]”

5.30. Essa diretriz encontra respaldo também na minuta padrão da AGU, segundo a qual a administração deve garantir, sempre que possível, que os termos da contratação não se distanciem da lógica mercadológica, promovendo tratamento isonômico entre fornecedores privados e a Administração Pública, salvo justificativa expressa em sentido contrário.

#### **Padronização do Objeto (art. 40, V, “a”, da Lei nº 14.133/2021)**

5.31 A contratação ora planejada observa o princípio da padronização previsto no art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual devem ser adotadas, sempre que possível, condições uniformes para bens e serviços comuns, com vistas à racionalização administrativa, otimização da cadeia de suprimentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

5.32. As munições de manejo/inertes a serem adquiridas possuem especificações técnicas padronizadas, amplamente consolidadas em normativos internos, manuais de operação e procedimentos de instrução da Administração, com calibres definidos (9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm) e requisitos mínimos de segurança, material e identificação.

5.33. O atendimento a essas especificações padronizadas visa:

5.33.1. garantir a compatibilidade com armamentos institucionais em uso;

5.33.2. evitar a fragmentação de estoque e o aumento de custos logísticos;

5.33.3. facilitar o controle e a rastreabilidade dos insumos;

5.33.4. promover aquisições repetidas com base em parâmetros já homologados e aprovados.

5.34. Dessa forma, a contratação observa o dever de padronização sempre que possível e vantajoso para a Administração.

## **6. Levantamento de Mercado**

6.1. O levantamento de mercado é etapa essencial do planejamento das contratações públicas, conforme dispõe o art. 9º, inciso III, da IN SEGES nº 58/2022, sendo fundamental para a adequada definição da solução a ser contratada, a mitigação de riscos e a garantia da eficiência, da economicidade e da isonomia nos processos de contratação. Esta etapa permite à Administração conhecer as condições de mercado, identificar os fornecedores aptos, avaliar a viabilidade técnica das soluções disponíveis e aferir os preços praticados, servindo como base para a estimativa de custos e a elaboração das especificações técnicas.

6.2. No contexto da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), a realização de um levantamento de mercado detalhado reveste-se de especial importância, tendo em vista as peculiaridades das aquisições de bens e serviços de segurança pública, que frequentemente envolvem elevado grau de complexidade técnica, requisitos de desempenho e restrições normativas.

6.3. Durante o levantamento, foram consideradas diferentes alternativas para atendimento da demanda institucional, de modo a garantir a solução mais vantajosa para a Administração Pública. As possibilidades analisadas incluem:

- **Doação:** Avaliação da existência de eventuais programas de repasse ou doação por parte de outros órgãos públicos ou instituições parceiras;
- **Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP):** Análise da viabilidade de realizar a contratação por meio do SRP, seja como órgão gerenciador, seja como órgão participante, em conformidade com o Decreto nº 11.462/2023;
- **Adesão (Carona) a Atas de Registro de Preços vigentes:** Verificação da existência de atas de registro de preços vigentes, compatíveis com o objeto, condições de fornecimento, prazos e especificações técnicas, em atendimento ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e aos requisitos do Decreto nº 11.462/2023;
- **Aproveitamento de Contratos Existentes:** Análise de eventuais contratos vigentes com possibilidade de acréscimos quantitativos (respeitados os limites legais);
- **Aquisição Direta (em casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação):** Consideração de hipóteses legais de contratação direta, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021;

6.4. A pesquisa de preços seguiu as orientações da IN SEGES nº 65/2021 e do Caderno de Logística, considerando diferentes fontes de informação, tais como:

- Atas de Registro de Preços de órgãos da Administração Pública Federal;
- Pesquisas junto a fornecedores especializados no fornecimento de munições e insumos para treinamento policial e militar;
- Contratações similares realizadas por órgãos de segurança pública (ex.: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Forças Armadas);
- Catálogos técnicos e portais oficiais de fabricantes e distribuidores especializados.

6.5. No caso específico das munições inertes, verificou-se a existência de três principais tecnologias:

- Munições metálicas (latão, aço ou alumínio anodizado);
- Munições em polímero de alta resistência;
- Munições com coloração ou revestimentos diferenciados, visando facilitar a identificação visual.

6.6. Foram identificados fornecedores nacionais e internacionais com comprovada experiência na entrega desse tipo de material a órgãos de segurança pública, observando os requisitos de qualidade, prazos de entrega e capacidade de atendimento em escala.

6.7. Todos os registros de preços, cotações, catálogos e demais documentos que fundamentaram o presente levantamento foram devidamente arquivados no processo administrativo, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES nº 65/2021, assegurando a rastreabilidade e a transparência do procedimento.

Alternativa Avaliada	Descrição da Solução	Principais Requisitos /Condições	Viabilidade para a Demanda da SENAPPEN
<b>Doação</b>	Obtenção de materiais por meio de programas de repasse de outros órgãos públicos ou entidades parceiras	Existência de programas ativos de doação; compatibilidade técnica com a demanda; disponibilidade imediata	<b>Não viável:</b> Não foram identificados programas ou estoques de doação com os requisitos técnicos necessários
<b>Aproveitamento de Contratos Existentes</b>	Utilização de contratos vigentes com possibilidade de aditamento quantitativo	Contrato vigente com cláusula de quantitativo remanescente; compatibilidade técnica; autorização administrativa	<b>Não viável:</b> Não há contratos vigentes com saldo quantitativo ou escopo compatível

<b>Adesão a Ata de Registro de Preços Vigente (Carona)</b>	Adesão a ata de SRP já existente em outro órgão, nos termos do Decreto nº 11.462/2023	Ata vigente com prazo de validade; escopo e especificações compatíveis; saldo quantitativo disponível; aceite do fornecedor original	<b>Não viável:</b> As atas localizadas apresentaram incompatibilidade de especificações técnicas e/ou não disponibilidade de saldo
<b>Aquisição Direta (Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação)</b>	Contratação direta com fundamento legal nas hipóteses previstas nos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021	Justificativa técnica e legal para a dispensa ou inexigibilidade; demonstração de inviabilidade de competição (para inexigibilidade)	<b>Não viável:</b> Não se enquadra nas hipóteses legais previstas para dispensa ou inexigibilidade, considerando a ampla oferta de mercado e a necessidade de competição
<b>Sistema de Registro de Preços (SRP)</b>	Realização de procedimento licitatório próprio para registro de preços, conforme Decreto nº 11.462/2023	Justificativa de vantagem; estudo de demanda; possibilidade de adesão futura por outros órgãos; ampla pesquisa de mercado prévia	<b>Viável e Recomendada:</b> Atende à necessidade institucional, permite flexibilidade nas aquisições futuras e viabiliza a contratação em conformidade com a legislação vigente

6.8. Após análise detalhada das alternativas disponíveis para atendimento da demanda, considerando aspectos técnicos, legais, logísticos e de economicidade, conclui-se que **a solução mais adequada e vantajosa para a SENAPPEN é a realização de um procedimento próprio para constituição de Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

6.9. A adoção do SRP permitirá maior flexibilidade para aquisições futuras, assegurando o atendimento contínuo e planejado das necessidades institucionais da Polícia Penal Federal. Além disso, a opção pelo SRP favorece a otimização dos recursos públicos, ao possibilitar o aproveitamento de ganhos de escala, o estímulo à competitividade e a melhoria das condições comerciais obtidas.

6.10. Importa destacar que, em alinhamento com os princípios da eficiência e da economicidade, **o processo licitatório será estruturado de forma a permitir a participação de outros órgãos de segurança pública como órgãos participantes da ata de registro de preços**, ampliando os benefícios da contratação compartilhada, reduzindo custos administrativos e fortalecendo a integração entre os entes envolvidos na segurança pública nacional.

6.11. Tal medida está em plena consonância com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto nº 11.462/2023 e com as orientações do Tribunal de Contas da União sobre o adequado planejamento das contratações públicas.

#### **Esclarecimento sobre a Viabilidade de Competição e as Declarações de Exclusividade**

6.12. No curso da instrução processual, foram acostadas aos autos declarações de exclusividade emitidas pela empresa Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC, nas quais se afirma que determinados tipos de munições de manejo/inertes são produzidos e comercializados, com exclusividade, por essa empresa no território nacional. Todavia, tais alegações não foram acompanhadas de documentação técnica e comercial suficiente para comprovar, de forma inequívoca, a inexistência de similares ou concorrentes aptos a fornecer os itens objeto da presente contratação, tampouco foram capazes de demonstrar a viabilidade econômico-financeira da proposta, conforme exigido pela legislação vigente.

6.13. Adicionalmente, durante o levantamento mercadológico realizado pela equipe de planejamento, foi identificada a **Autorização de Fornecimento nº 1456/2024**, emitida pela **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes**, cuja contratada foi a empresa BCN Importação e Exportação Ltda., para o fornecimento de munições similares àquelas pretendidas nesta contratação. Tal evidência reforça a existência de pluralidade de fornecedores no mercado nacional, aptos a atender à demanda da Administração Pública.

6.14. Do mesmo modo, identificou-se a existência da **Ata de Registro de Preços do Pregão nº 90004/2025**, vinculada ao Processo nº 1.00.000.001719/2025-79, da **Procuradoria da República em Santa Catarina**, na qual restou registrado o preço ofertado pela empresa EHS Assessoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 41.981.927/0001-37.

6.15. Complementarmente, foram recebidas propostas comerciais de outras empresas, em resposta à pesquisa direta realizada com fornecedores especializados, destacando-se:

- **Police Survival**, empresa com histórico de fornecimento à órgãos de segurança pública;
- **KPP Airsoft Metalúrgica Ltda.**, que apresentou a **Proposta nº 133**, com especificações compatíveis com os requisitos técnicos exigidos;
- **EHS ASSESSORIA Ltda**, empresa com histórico de fornecimento à órgãos de segurança pública.

6.16. Diante desse conjunto probatório, e em observância ao princípio da legalidade e ao disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, não se vislumbra, neste momento, a configuração da hipótese de inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição. A jurisprudência e a doutrina majoritária, inclusive aquela consolidada por Ronny Charles Lopes de Torres, advertem que a adoção do procedimento de inexigibilidade exige demonstração robusta e inequívoca da ausência de alternativas concorrenciais, sob pena de afronta ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

6.17. Assim, a presente contratação será conduzida sob a égide da **modalidade Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços**, conforme previsto no Decreto nº 11.462/2023 e nos arts. 6º, XX, e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, mantendo-se o compromisso com a ampla competitividade, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **Procedimentos para o Registro de Preços**

6.18. Em atendimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, os órgãos e entidades abrangidos pelo Art. 1º deve, antes de iniciar um processo licitatório ou contratação direta, proceder à consulta das Intenções de Registro de Preços (IRPs) em andamento.

6.19. A referida consulta tem por objetivo verificar a existência de processos de registro de preços compatíveis com a necessidade da Administração, permitindo a deliberação sobre a conveniência e oportunidade de adesão. Dessa forma, busca-se garantir maior economicidade, eficiência e otimização dos recursos públicos, evitando a duplicidade de esforços e promovendo a racionalização das contratações.



Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço  
IRP



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço

24/06/2025 16:11:02

\* Filtros da Consulta

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

\* Parâmetro

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ UF - UASG Gerenciadora

☒ Material de Interesse

\* Parâmetro

1320-MUNIÇÃO DE CALIBRE ACIMA DE 125 MM


Consultar

☐ Serviço de Interesse

Pesquisar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.


Nenhum registro a ser exibido.

Solução 

★ **Filtros da Consulta**

(\*) Campo de preenchimento obrigatório.

Nenhum registro a ser exibido.



Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço  
IRP



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço

24/06/2025 16:12:15

\* Filtros da Consulta

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

\* Parâmetro

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ UF - UASG Gerenciadora

☒ Material de Interesse

\* Parâmetro

1305-MUNIÇÃO DE CALIBRE ATÉ 30 MM

Consultar

☐ Serviço de Interesse

Pesquisar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Nenhum registro a ser exibido.

Solução








Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço  
IRP



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço

24/06/2025 16:13:04

\* Filtros da Consulta

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

\* Parâmetro

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ UF - UASG Gerenciadora

☒ Material de Interesse

\* Parâmetro

1315-MUNIÇÃO DE CALIBRE ACIMA DE 75MM A

Consultar

☐ Serviço de Interesse

Pesquisar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.


Nenhum registro a ser exibido.

Solução 



Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço  
IRP




Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço

24/06/2025 16:14:19

\* Filtros da Consulta

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

\* Parâmetro

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ UF - UASG Gerenciadora

☒ Material de Interesse

\* Parâmetro

112232-PROJÉTIL NÃO LETAL


Consultar

☐ Serviço de Interesse


Pesquisar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Nenhum registro a ser exibido.

Solução 

18 de 36



Sistema Integrado de  
Administração de  
Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço  
IRP



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP



Ambiente: PRODUÇÃO

Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço

24/06/2025 16:15:23

\* Filtros da Consulta

☐ UASG Gerenciadora

☐ N° da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

\* Parâmetro

Aberta

Análise/Negociação

Confirmação

Encerrada

Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ UF - UASG Gerenciadora

☒ Material de Interesse

\* Parâmetro

304603-PROJÉTIL NÃO LETAL

Consultar

☐ Serviço de Interesse

Pesquisar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Nenhum registro a ser exibido.

Solução 

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

Intenção de Registro de Preço

Gestor de Compras IRP Manifestar Interesse Analisar IRP Quadro de IRP

Ambiente: **PRODUÇÃO** **Quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço** 24/06/2025 16:16:53

\* Filtros da Consulta

☐ UASG Gerenciadora

☐ Nº da IRP

☒ Situação da IRP (Permite Múltipla Seleção)

\* Parâmetro

Aberta  
Análise/Negociação  
Confirmação  
Encerrada  
Transferida

☐ Município/UF da UASG Gerenciadora

☐ UF - UASG Gerenciadora

☒ Material de Interesse

\* Parâmetro 610821-PROJÉTIL NÃO LETAL Consultar

☐ Serviço de Interesse

Pesquisar

( \* ) Campo de preenchimento obrigatório.

Nenhum registro a ser exibido.

Solução **SERPRO**

6.20. Conforme demonstrado anteriormente, procedeu-se à consulta no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), por meio da funcionalidade de Intenção de Registro de Preços (IRP). Durante essa verificação, constatou-se a ausência de IRPs abertas referentes a todos os itens pesquisados, impossibilitando, assim, a análise ou eventual participação desta Administração no certame.

6.21. Registra-se que, embora tenha sido realizada captura parcial das telas referentes aos itens, a consulta realizada abrangeu integralmente todos os parâmetros de interesse.

6.22. Adicionalmente, a pesquisa foi pela aplicação de termos específicos relacionados ao objeto da futura contratação, a saber: “projétil inerte”, “projétil de manejo”, “munição inerte” e “munição de manejo”. Contudo, a plataforma não retornou registros correspondentes aos parâmetros informados, apresentando a seguinte mensagem sistêmica: “Não foi encontrado material de interesse com o parâmetro informado”.

### Consulta ao Painel Nacional de Preços (PNCP)

6.23. Durante a fase de levantamento de mercado, foi realizada consulta ao Painel Nacional de Preços (PNCP), especificamente nas abas “**Atas de Registro de Preços**” e “**Contratos**”, com o objetivo de identificar eventuais instrumentos vigentes que atendessem ao objeto pretendido. No entanto, não foram encontrados registros ou contratações similares disponíveis que pudessem ser utilizados ou aproveitados

pnpc.gov.br/app/atas?pagina=1&q=munição%20inerte&status=vigente

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

Atas

Contratações

Edital e Avisos de ContrataçõesAtas de Registro de PreçosContratos

Consulte as [atas de registro de preços](#), contendo o registro do objeto, preços, fornecedores e as condições.

Palavra-chave

munição inerte

Status

Vigentes

Todos

Não vigentes

FILTROS

Tipos de Instrumento Convocatório

Selecione

Modalidades de Contratação

Selecione

Órgãos

Selecione

Unidades

Selecione

UFs

Selecione

Municípios

Selecione

Esferas

Selecione

Poderes

Selecione

Limpar

Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "munição inerte"

Sugestões

• Confira se o termo foi digitado corretamente

• Tente outra palavra-chave

• Tente palavras-chave mais gerais

Pesquisar

16:0418/06/2025

21 de 36

pnqp.gov.br/app/atas?pagina=1&q=munição%20manejo&status=vigente

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar na PNCP

Entrar

Atas

Contratações

Edital e Avisos de ContrataçõesAtas de Registro de PreçosContratos

Consulte as atas de registro de preços, contendo o registro do objeto, preços, fornecedores e as condições.

Palavra-chave

munição manejo

Status

Vigentes

Não vigentes

FILTROS

Tipos de Instrumento Convocatório

Selecione

Modalidades da Contratação

Selecione

Órgãos

Selecione

Unidades

Selecione

UFs

Selecione

Municípios

Selecione

Esfersas

Selecione

Poderes

Selecione

Limpar

Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "munição manejo"

Sugestões:

Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente

Tente outra palavra-chave

Tente palavras-chave mais gerais

Pesquisar

16:04  
18/06/2025

pnqp.gov.br/app/contratos?q=munição%20inerte&pagina=1

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar na PNCP

Entrar

Contratos

Contratações

Edital e Avisos de ContrataçõesAtas de Registro de PreçosContratos

Consulte os contratos públicos e outros instrumentos hábeis substitutivos.

Palavra-chave

munição inerte

Status

Vigentes

Não vigentes

FILTROS

Tipos de Instrumento Convocatório

Selecione

Tipos de contrato

Selecione

Órgãos

Selecione

Unidades

Selecione

UFs

Selecione

Municípios

Selecione

Esfersas

Selecione

Poderes

Selecione

Limpar

Pesquisar

Nenhum resultado encontrado para "munição inerte"

Sugestões:

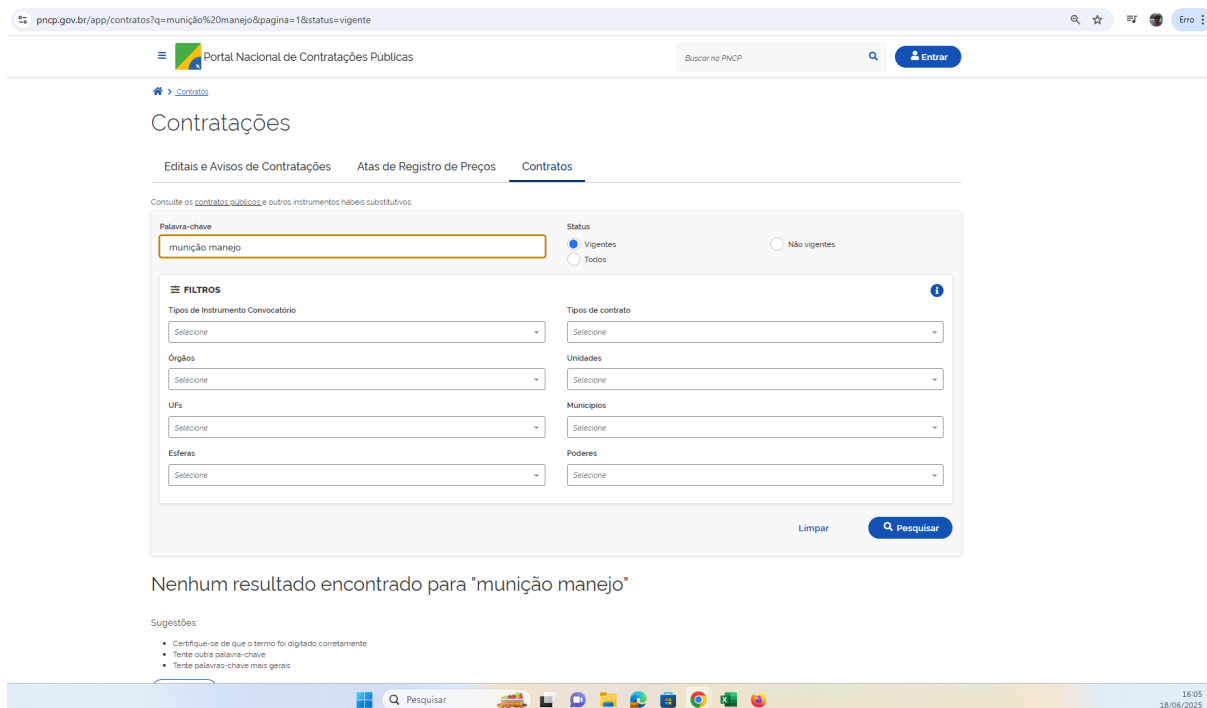
Certifique-se de que o termo foi digitado corretamente

Tente outra palavra-chave

Tente palavras-chave mais gerais

Pesquisar

18:03  
18/06/2025



## Justificativa da Solução Escolhida

6.24. Considerando o levantamento de mercado realizado, as características do objeto, a análise das alternativas disponíveis e os resultados da avaliação comparativa, a solução escolhida é a realização de processo licitatório para a constituição de um Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Decreto nº 11.462/2023.

6.25. A escolha do SRP como modelo de contratação é justificada pelos seguintes fatores:

- **Flexibilidade Administrativa:** O SRP permitirá à SENAPPEN realizar contratações de acordo com a real necessidade e disponibilidade orçamentária, evitando aquisições em excesso e contribuindo para o bom uso dos recursos públicos.
- **Aproveitamento de Economias de Escala:** A possibilidade de inclusão de outros órgãos de segurança pública como órgãos participantes da ata de registro de preços ampliará o volume global da contratação, o que tende a gerar melhores condições comerciais, como redução de preços unitários e maior poder de negociação com os fornecedores.
- **Atendimento às Necessidades Específicas da Polícia Penal Federal:** O SRP permitirá especificar com precisão os requisitos técnicos e operacionais das munições inertes, garantindo que as futuras contratações atendam às particularidades dos treinamentos institucionais da Polícia Penal Federal.
- **Agilidade e Planejamento para Contratações Futuras:** Uma vez estabelecida a ata de registro de preços, os pedidos de fornecimento poderão ser realizados de forma mais célere, evitando a necessidade de novos procedimentos licitatórios a cada demanda emergente.
- **Previsibilidade Orçamentária:** A definição prévia dos preços por meio do SRP facilitará o planejamento financeiro das unidades requisitantes, com base em parâmetros de preços previamente estabelecidos.
- **Atendimento à Legislação Vigente:** A solução está em conformidade com o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que regulam o Sistema de Registro de Preços, bem como com o Decreto nº 11.462/2023, que detalha os procedimentos e condições para sua implementação.
- **Convergência com Boas Práticas de Governança e Planejamento:** A decisão está alinhada com as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a importância de um adequado planejamento das contratações e com as diretrizes constantes no Manual de Licitações e Contratos do TCU.

6.26. Diante desses elementos, a adoção do SRP se mostra como a solução que melhor atende ao interesse público, ao princípio da eficiência e à necessidade de garantir o atendimento contínuo e seguro às atividades finalísticas da SENAPPEN, com a devida observância dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

## Previsão de Adesão Tardia à Ata de Registro de Preços

6.27. A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), na condição de órgão gerenciador da presente contratação, opta por realizar o processo licitatório por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023 e justificado no item 6.25.

6.28. Considerando o papel institucional da SENAPPEN na formulação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas à segurança penal, e reconhecendo que diversos órgãos da Administração Pública Federal compartilham necessidades semelhantes quanto ao objeto ora licitado, **decidimos permitir a adesão tardia à Ata de Registro de Preços**, também conhecida como “carona”, por parte de órgãos ou entidades não participantes do certame original.

6.29. Essa decisão está devidamente motivada e fundamentada nos seguintes aspectos:

**6.29.1. Promoção da Eficiência Administrativa e da Celeridade nas Contratações**

A adesão tardia permite que órgãos interessados realizem contratações com maior agilidade, evitando a duplicação de esforços administrativos e a instauração de novos processos licitatórios para objetos idênticos ou similares. Isso contribui para a racionalização dos recursos públicos e para o atendimento tempestivo das demandas institucionais.

**6.29.2. Vantajosidade Econômica e Otimização de Recursos**

A ampliação do escopo de utilização da ata favorece a obtenção de preços mais competitivos, decorrentes de maior volume de demanda, o que pode gerar economia de escala e melhor aproveitamento dos recursos orçamentários. No caso específico deste objeto, há evidências técnicas de que o aumento da demanda potencial contribui para a obtenção de condições comerciais mais vantajosas.

**6.29.3. Integração e Padronização das Compras Governamentais**

A adesão tardia permite que diferentes órgãos públicos adotem especificações técnicas uniformes e condições contratuais padronizadas, promovendo maior controle, previsibilidade e transparência na execução contratual, além de facilitar a interoperabilidade entre unidades que atuam em áreas correlatas.

**6.29.4. Fortalecimento das Políticas Públicas de Segurança Penal**

Ao permitir que outros órgãos da Administração Pública Federal se beneficiem da ata gerenciada pela SENAPPEN, fortalece-se a implementação de políticas públicas integradas, especialmente aquelas voltadas à segurança institucional, ao manejo de equipamentos especializados e à atuação coordenada entre entes federativos.

**6.29.5. Segurança Jurídica e Conformidade com a Jurisprudência do TCU**

A adesão será autorizada mediante análise individualizada da vantajosidade, anuência do fornecedor e respeito aos limites quantitativos previstos no §3º do art. 32 do Decreto nº 11.462/2023 (até 50% por item). O órgão gerenciador manterá controle sobre as adesões autorizadas, conforme exigido pelo Tribunal de Contas da União, especialmente nos Acórdãos nº 311/2018 e nº 2.736/2023 – Plenário, garantindo a legalidade, legitimidade e economicidade do processo.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. A atividade penal exige o uso de armamentos e munições que atendam a requisitos técnicos rigorosos, assegurando segurança, confiabilidade, resistência, precisão, robustez e durabilidade, mesmo em condições operacionais adversas, características inerentes ao contexto de atuação das unidades prisionais federais.

7.2. Assim, diante da necessidade institucional da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), pretende-se adquirir munições de manejo (inertes) nos calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm, com critérios técnicos detalhados que assegurem a compatibilidade e a segurança nas atividades de treinamento.

### 7.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS

- **MUNIÇÃO INERTE - CALIBRE 9X19MM**

**Tipo:**

Munição de manejo (inerte) calibre **9x19mm**.

**Finalidade:**

Destinada exclusivamente a fins de treinamento técnico, possibilitando a prática segura de manejo com armamentos calibre 9x19mm (pistolas e submetralhadoras), simulando operações como municiamento de carregadores, carregamento e recargas de armamento e simulação de panes, com realismo e sem risco de tiro.

**Características Técnicas:**

Calibre: 9x19mm (também denominado 9mm Luger ou 9mm Parabellum);

Material e fabricação: Munição inteiriça, fabricada em peça única, usinada em alumínio ou liga metálica anodizada; sem partes desmontáveis, soldadas ou coladas; assegurando resistência mecânica e integridade estrutural durante o uso. A coloração deve permitir diferenciação imediata da munição real (como vermelho, laranja, azul ou verde).



Espoleta: Inexistente. A munição pode apresentar orifício da espoleta emborrachado ou bolso sem espoleta, podendo ter orifício aberto na base do culote.

Carga: Inexistente, podendo conter material interno inerte para simular peso e equilíbrio da munição real, aumentando o realismo no treinamento..

Identificação: Cada unidade de munição deverá apresentar marcação ou inscrição permanente e de alta visibilidade, contendo uma das expressões “**INERTE**”, “**TREINAMENTO**”, “**MANEJO**” ou “**DUMMY**”, acompanhada da sigla oficial do órgão adquirente. A gravação deve ser realizada de forma indelével, conforme padrão ilustrativo constante do item 5.

Ciclo: Compatível com operações de municiamento de carregador, alimentação, extração e ejeção em armas curtas e longas de calibre 9x19mm, incluindo pistolas semiautomáticas, submetralhadoras e carabinas.

### **Embalagem e Garantia**

A embalagem deverá ser apropriada para proteção e transporte. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.

- **MUNIÇÃO INERTE - CALIBRE 12 GAUGE**

#### **Tipo:**

Munição de manejo (inerte), calibre **12 Gauge**.

#### **Finalidade:**

Destinada exclusivamente a fins de treinamento técnico, possibilitando a prática segura de manejo com espingardas 12 Gauge, simulando operações como municiamento, carregamento, recargas e simulação de panes, com realismo e sem risco de tiro.

#### **Características Técnicas:**

Calibre: 12 Gauge;

Material e fabricação: Munição inteiriça, fabricada em peça única, usinada em alumínio ou liga metálica anodizada; sem partes desmontáveis, soldadas ou coladas; assegurando resistência mecânica e integridade estrutural durante o uso. A coloração deve permitir diferenciação imediata da munição real (como vermelho, laranja, azul ou verde).

Espoleta: Inexistente. A munição pode apresentar orifício da espoleta emborrachado ou bolso sem espoleta, podendo ter orifício aberto na base do culote.

Carga: Inexistente, podendo conter material interno inerte para simular peso e equilíbrio da munição real, aumentando o realismo no treinamento.

Identificação: Cada unidade deverá apresentar marcação ou inscrição permanente e de alta visibilidade, contendo uma das expressões “**INERTE**”, “**TREINAMENTO**”, “**MANEJO**” ou “**DUMMY**”, acompanhada da sigla oficial do órgão adquirente. A gravação deve ser realizada de forma indelével, conforme padrão ilustrativo constante do item 5.

Ciclo: Compatível com operações de municiamento de carregador, alimentação, extração e ejeção em armas em armas 12 Gauge, de sistema de repetição manual (*pump action*).

### **Embalagem e Garantia**

A embalagem deverá ser apropriada para proteção e transporte. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.

- **MUNIÇÃO INERTE - CALIBRE 5,56X45MM**

#### **Tipo:**

Munição de manejo (inerte), calibre **5,56x45mm**.

#### **Finalidade:**

Destinada exclusivamente a fins de treinamento técnico, possibilitando a prática segura de manejo com armamentos calibre 5,56x45mm (carabinas, fuzis e metralhadoras), simulando operações como municiamento de carregadores, carregamento e recargas de armamento e simulação de panes, com realismo e sem risco de tiro.

#### **Características Técnicas:**

Calibre: 5,56x45mm NATO;

Material e fabricação: Munição inteira, fabricada em peça única, usinada em alumínio ou liga metálica anodizada; sem partes desmontáveis, soldadas ou coladas; assegurando resistência mecânica e integridade estrutural durante o uso. A coloração deve permitir diferenciação imediata da munição real (como vermelho, laranja, azul ou verde).

Espoleta: Inexistente. A munição pode apresentar orifício da espoleta emborrachado ou bolso sem espoleta, podendo ter orifício aberto na base do culote.

Carga: Inexistente, podendo conter material interno inerte para simular peso e equilíbrio da munição real, aumentando o realismo no treinamento.

Identificação: Cada unidade deverá apresentar marcação ou inscrição permanente e de alta visibilidade, contendo uma das expressões “**INERTE**”, “**TREINAMENTO**”, “**MANEJO**” ou “**DUMMY**”, acompanhada da sigla oficial do órgão adquirente. A gravação deve ser realizada de forma indelével, conforme padrão ilustrativo constante do item 5.

Ciclo: Compatível com operações de municiamento de carregador, alimentação, extração e ejeção em armas longas de calibre 5,56 x45mm, como as plataformas AR-15/M16/M4, IA2, T4, IWI, SIG SAUER, entre outros.

### **Embalagem e Garantia**

A embalagem deverá ser apropriada para proteção e transporte. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.

- **MUNIÇÃO INERTE - CALIBRE 7,62X51MM**

### **Tipo:**

Munição de manejo (inerte), calibre **7,62x51mm**.

### **Finalidade:**

Destinada exclusivamente a fins de treinamento técnico, possibilitando a prática segura de manejo com armamentos calibre 7,62x51mm (carabinas, fuzis e metralhadoras), simulando operações como municiamento de carregadores, carregamento e recargas de armamento e simulação de panes, com realismo e sem risco de tiro.

### **Características Técnicas:**

Calibre: 7,62x51mm NATO

Material e fabricação: Munição inteira, fabricada em peça única, usinada em alumínio ou liga metálica anodizada; sem partes desmontáveis, soldadas ou coladas; assegurando resistência mecânica e integridade estrutural durante o uso. A coloração deve permitir diferenciação imediata da munição real (como vermelho, laranja, azul ou verde).

Espoleta: Inerte, desprovida de carga iniciadora, podendo o estojo apresentar orifício da espoleta emborrachado ou bolso sem espoleta, com orifício aberto na base do culote.

Carga: Ausência de carga propelente, podendo conter material interno inerte para simular peso e equilíbrio da munição real, aumentando o realismo no treinamento.

Identificação: Cada unidade deverá apresentar marcação ou inscrição permanente e de alta visibilidade, contendo uma das expressões “**INERTE**”, “**TREINAMENTO**”, “**MANEJO**” ou “**DUMMY**”, acompanhada da nomenclatura oficial do órgão adquirente. A gravação deve ser realizada de forma indelével, conforme padrão ilustrativo constante do item 5.

Ciclo: Compatível com operações de municiamento de carregador, alimentação, extração e ejeção em armas longas calibre 7,62x51mm, tais como FAL, IA2, SCAR-H, NEGEV, MAG, IWI, SIG SAUER e similares.

### **Embalagem e Garantia**

A embalagem deverá ser apropriada para proteção e transporte. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.

### **Recebimento do Objeto**

7.4. O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da ordem de fornecimento, em remessa única, conforme a quantidade empenhada.

7.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.8. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.13. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Endereços
<b>SENAPPEN SEDE</b> – Endereço: SCN, Quadra 4, Bloco A, Torre A do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70714-03
<b>Penitenciária Federal em Brasília/DF (PFBRA)</b> – localizada na Rodovia DF 465 - Km 01 – Fazenda Papuda - São Sebastião/DF.
<b>Penitenciária Federal em Campo Grande/MS (PFCG)</b> – localizada na Av. Henrique Bertin, s/n – Los Angeles – Campo Grande/MS .
<b>Penitenciária Federal em Catanduvas/PR (PFCAT)</b> – localizada na PR 471, Km 15 – Bairro Zona Rural, Catanduvas/PR.
<b>Penitenciária Federal em Mossoró/RN (PFMOS)</b> – localizada no KM 12, Rodovia Estadual Mossoró – Baraúnas, Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.
<b>Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PFPV)</b> – localizada na BR 364 - Sítio Boa Esperança, Lote nº 13, Gleba nº 13 “A”, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

#### Exigência de Amostras Técnicas

7.14. Considerando a natureza do objeto e a necessidade de **verificação prévia da conformidade física e funcional dos materiais ofertados**, será exigida a apresentação de **amostras técnicas representativas**, como condição para habilitação ou julgamento da proposta, nos termos do **art. 41, §3º da Lei nº 14.133/2021**.

7.15 A amostra servirá para **comprovar que o produto ofertado atende às especificações mínimas de qualidade, compatibilidade e segurança operacional** estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e que serão detalhadas no Termo de Referência.

7.16. A exigência visa garantir a **adequação da munição de manejo ao ambiente de uso real**, simulando condições de alimentação, extração, ejeção e resistência mecânica, sem risco à integridade dos operadores ou dos armamentos utilizados.

7.17. Deverão ser apresentadas as seguintes amostras por item licitado:

- **Munição inerte calibre 9x19mm – 10 (dez) unidades**
- **Munição inerte calibre 12 Gauge (12/70mm) – 10 (dez) unidades**
- **Munição inerte calibre 5,56x45mm – 10 (dez) unidades**
- **Munição inerte calibre 7,62x51mm – 10 (dez) unidades**

7.18. Deverão serem avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

7.18.1 Dimensionalidade e Compatibilidade:

7.18.1.1. A munição deverá apresentar dimensões compatíveis com o calibre especificado (12 Gauge, 9x19mm, 5,56x45mm, 7,62x51mm), permitindo o encaixe perfeito nas câmaras e carregadores dos armamentos padrão da instituição.

Aceitabilidade: Inserção e extração sem travamentos, folgas excessivas ou interferência mecânica

7.18.2. Resistência Mecânica:

7.18.2.1. A munição deverá suportar ciclos repetidos de carregamento, extração e ejeção, sem apresentar deformações, quebras ou desgastes excessivos.

Aceitabilidade: Realização de, no mínimo, 100 ciclos completos por unidade testada, utilizando armamento padrão. Ausência de danos que comprometam a funcionalidade e segurança.

7.18.3 Identificação Visual:

7.18.3.1. A munição deverá apresentar identificação clara e permanente quanto à sua condição de inerte, seja por pintura, carimbo no corpo do cartucho, inscrição ou coloração padronizada.

Aceitabilidade: Identificação visível a olho nu, mesmo sob condições de luminosidade reduzida.

7.18.4. Segurança:

7.18.4.1 As munições devem ser totalmente desprovidas de carga propelente e espoleta ativa, não oferecendo qualquer risco de disparo ou acidente.

Aceitabilidade: Confirmação por inspeção visual e verificação física de ausência de componentes ativos.

7.18.5 Durabilidade:

7.18.6.4 A estrutura das munições deve permitir sua utilização em treinamentos intensivos e repetitivos, com vida útil compatível com as práticas operacionais da instituição.

Aceitabilidade: Após os ciclos de teste (100 ciclos completos por unidade testada), devem apresentar desempenho de uso sem comprometer o armamento

7.18.6. Compatibilidade com Armamentos:

7.18.6.1 As munições deverão funcionar adequadamente em modelos padrão utilizados pela instituição, tais como:

- Pistolas: Beretta, Glock, Taurus, Sig Sauer (cal. 9x19mm);
- Fuzis/Carabinas: T4, IA2, FAL, SCAR-H, IWI, SIG SAUER, etc.;
- Escopetas: CBC Pump Military e similares (cal. 12/70).

Aceitabilidade: Funcionamento sem falhas ou travamentos durante os testes em todos os modelos de armamento listados.

7.18.7 Da Realização dos Testes

7.18.6.1. Os testes das munições de manejo/inerte serão realizados em local a ser definido pela Polícia Penal Federal, assegurando as condições técnicas e de segurança necessárias para a correta execução dos procedimentos. Ressalta-se que o local destinado para a realização dos testes será na cidade de Brasília, Distrito Federal.

7.18.6.2. Não incluirão a verificação de desempenho sob condições climáticas adversas (como alta temperatura, baixa umidade, exposição a raios UV, chuva, umidade elevada, entre outras). A avaliação será realizada em ambiente controlado, sem simulação de fatores ambientais extremos ou adversos.

#### 7.19.8. Procedimento de Amostragem e Avaliação de Munições de Manejo/Inerte

7.19.8.1. A avaliação será realizada mediante amostragem conforme critérios estabelecidos a seguir. Para cada calibre apresentado, será submetida à análise uma amostra inicial, observando-se o seguinte fluxo:

7.19.1.1. Primeira Amostra: Será testada uma unidade amostral do lote fornecido. Caso seja aprovada, o processo avançará para a amostra do próximo calibre.

7.19.1.2. Reprovação da Primeira Amostra: Em caso de reprovação, será testada uma segunda amostra do mesmo calibre. Se esta também for reprovada, a empresa fornecedora será desclassificada do certame.

7.19.1.3. Aprovação da Segunda Amostra: Caso a segunda amostra seja aprovada, será testada uma terceira amostra do mesmo calibre. A aprovação desta terceira amostra resultará na aprovação.

7.19.1.4. Reprovação da Terceira Amostra: Na hipótese de reprovação da terceira amostra, a empresa fornecedora será desclassificada.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

7.21. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.22. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30 (trinta) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.23. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades estimadas para a aquisição de munições de manejo/inertes, detalhadas no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, foram definidas com base em levantamento técnico conduzido pelo Grupo de Armamento e Tiro da SENAPPEN, com foco na efetiva demanda operacional da Polícia Penal Federal.

8.2. O processo de definição das quantidades considerou as seguintes frentes de análise:

### 8.2.1. Segurança Operacional

As munições de manejo/inertes são projetadas para treinamento seguro, por não conterem propelente ou espoleta ativa. Isso elimina o risco de disparos acidentais, permitindo o uso em ambientes controlados, inclusive salas de aula.

### 8.2.2. Custo e Eficiência

Além de terem custo unitário inferior ao das munições reais, as munições inertes são reutilizáveis, o que contribui para a redução de despesas recorrentes com insumos de treinamento, promovendo economicidade.

### 8.2.3. Realismo no Treinamento

As características físicas das munições de manejo permitem a simulação realista de situações de panes, recargas de combate e outras condições operacionais críticas, ampliando a capacidade de resposta dos policiais em situações reais.

8.2.4. Desenvolvimento de Habilidades Técnicas

O uso continuado dessas munições contribui para o aperfeiçoamento das técnicas de controle de armamento, recarga rápida e solução de panes, aumentando a segurança e a capacidade de atuação dos agentes.

8.2.5. Versatilidade e Cenários de Uso

A versatilidade das munições inertes permite sua utilização em treinamentos individuais e coletivos, tanto em áreas abertas quanto em ambientes fechados, com segurança e sem restrições logísticas associadas ao uso de munições reais.

8.2.6. Treinamentos de Equipes

A padronização do uso dessas munições possibilita a realização de exercícios integrados de equipes policiais, aumentando a coesão operacional e a capacidade de resposta tática.

Cálculo da Quantidade Estimada

8.3. A definição quantitativa levou em consideração o efetivo atual da Polícia Penal Federal, estimado em aproximadamente 1.600 policiais, distribuídos entre a Sede da SENAPPEN e as cinco unidades das Penitenciárias Federais.

8.4. A demanda foi estruturada para garantir um suprimento anual uniforme, com vigência contratual estimada para 5 anos, totalizando 120.000 munições de manejo/inertes, distribuídas entre os seguintes calibres:

- 9x19mm
- 12 Gauge
- 5,56x45mm
- 7,62x51mm

8.5. Cada unidade (Sede e as cinco penitenciárias federais) receberá 1.000 munições anuais de cada calibre, totalizando 4.000 munições por unidade/ano.

Memória de Cálculo

8.6. A tabela a seguir consolida a distribuição por unidade e por período:

Unidade	9x19mm	12 Gauge	5,56x45mm	7,62x51mm	Total Anual	Total para 5 Anos
Sede-PPF	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000	20.000
PFBRA	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000	20.000
PFCG	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000	20.000
PFCAT	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000	20.000
PFMS	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000	20.000
PFPV	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000	20.000
Total Geral	6.000	6.000	6.000	6.000	24.000	120.000

Justificativa Técnica da Quantidade Estimada

8.7 A quantidade prevista tem como fundamento:

- 8.7.1. A necessidade de manutenção periódica da capacitação técnica do efetivo, garantindo o treinamento contínuo e padronizado de todos os agentes da Polícia Penal Federal.
- 8.7.2. A uniformização das práticas operacionais, com a mesma capacidade de treinamento para todas as unidades.
- 8.7.3. A segurança no processo de capacitação, utilizando insumos que reduzem riscos de acidentes.
- 8.7.4. A otimização dos recursos públicos, ao considerar a reutilização das munições inertes e o planejamento de uma vigência contratual de médio prazo (5 anos).

## Conclusão da Estimativa de Quantidades

8.8. Com base nas informações apresentadas, na realidade operacional da SENAPPEN e na necessidade institucional de promover a capacitação contínua do seu efetivo, **estima-se a contratação de um total de 120.000 munições inertes**, distribuídas conforme o quadro acima, para atender às demandas de treinamento da Polícia Penal Federal ao longo de 5 anos.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.112.600,00

9.1. A estimativa do valor da contratação, com base no mapa comparativo de preços mais recente, foi atualizada. Para a **Polícia Penal Federal**, o valor total projetado é de **R\$ 2.112.600,00** para o período de **cinco (5) anos**, correspondendo a **R\$ 422.520,00** para a demanda anual.

9.1.1 Considerando-se a participação de outros órgãos, o valor total a ser adotado passa a ser de **R\$ 8.870.628,00** para o período de **cinco (5) anos**, resultando em **R\$ 1.774.125,00** para a demanda anual.

9.2. A presente atualização tem como finalidade refletir com maior precisão os preços efetivamente praticados no mercado, conferindo maior confiabilidade à instrução processual e assegurando o alinhamento com os princípios da economicidade e da vantajosidade, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Ressalta-se a estimativa de valores se baseou no Portal Nacional de Contratações Públicas, painel de preços, contratos, sites e consultas a potenciais fornecedores.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A presente contratação visa a aquisição de munições de manejo/inertes, nos calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62 x51mm, destinadas ao treinamento operacional dos servidores lotados nas cinco unidades penitenciárias federais.

### Quanto à composição do objeto:

10.2. Apesar de se tratar de quatro modelos distintos de munição, optou-se por não realizar o parcelamento por tipo de item (calibre). Todos os itens serão incluídos em um único lote por região, dada a necessidade de aquisição conjunta dos diferentes calibres para a adequada execução dos treinamentos em cada uma das unidades da federação, evitando aquisições fragmentadas e garantindo a compatibilidade logística.

### Quanto à divisão regional (parcelamento geográfico):

10.3. Será adotado o parcelamento geográfico em (cinco) lotes distintos, correspondentes às seguintes regiões administrativas:

- Norte
- Nordeste
- Centro-Oeste
- Sul/Sudeste

10.4. Essa opção decorre da necessidade de atender de forma eficiente e tempestiva a cada unidade da Federação, considerando as especificidades logísticas de cada região e a busca pela maximização da competitividade entre fornecedores regionais, conforme preconiza o art. 46, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

10.5 Motivações técnicas e econômicas do parcelamento regional:

- a) Logística e custos de transporte: A entrega regionalizada reduz o custo logístico, diminui o tempo de entrega e mitiga riscos de atrasos no atendimento das penitenciárias.
- b) Fomento à competitividade regional: Permite a participação de fornecedores locais ou regionais, ampliando o universo de possíveis licitantes.
- c) Segurança no transporte: O transporte de munições, mesmo inertes, exige cuidados e pode ser facilitado com a regionalização da entrega.

10.6 Assim, a contratação será estruturada da seguinte forma:

10.6.1. Lote Único por tipo de material (contemplando os 4 calibres).

10.6.2. Parcelamento geográfico em 4 lotes regionais, permitindo disputa por fornecedores com atuação em cada uma das regiões.

10.7. Essa modelagem atende aos princípios da isonomia, vantajosidade econômica, eficiência logística e atendimento tempestivo da necessidade pública, conforme disposto nos arts. 46 e 47 da Lei nº 14.133/2021, além das orientações constantes no Manual de Licitações e Contratos do TCU (5ª edição).

#### **Justificativa Técnica e Jurídica para a Não Adoção do Parcelamento por Item**

10.8. A decisão de não promover o parcelamento por item na presente contratação foi tomada pela unidade demandante com base em critérios técnicos, logísticos e operacionais, conforme previsto no § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021. Embora o objeto — munições de manejo/inertes nos calibres 9x19mm, 12 Gauge, 5,56x45mm e 7,62x51mm — seja, em tese, divisível, a aquisição conjunta dos diferentes calibres por unidade federativa se mostra imprescindível para garantir a efetividade dos treinamentos operacionais, a padronização dos procedimentos e a racionalização da logística de distribuição.

10.9. A fragmentação da contratação por tipo de item comprometeria a economicidade e a eficiência do processo, além de gerar riscos de desabastecimento parcial, incompatibilidade técnica entre lotes e aumento de custos administrativos. Assim, a decisão está amparada na hipótese prevista no inciso I do § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que permite a não adoção do parcelamento quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

10.10. Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, consolidada na Súmula nº 247, estabelece que a adjudicação por item é obrigatória quando o objeto for divisível, salvo quando houver prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala. No caso concreto, a contratação conjunta por unidade federativa atende à necessidade institucional da SENAPPEN, assegura a compatibilidade logística e técnica dos insumos e promove maior eficiência na gestão do fornecimento.

10.11. Por fim, cumpre registrar que, conforme o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, eventual contratação posterior de item específico constante do grupo de itens ora licitados exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração da vantajosidade da aquisição, o que será observado pela Administração em futuras demandas correlatas.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. No escopo da presente aquisição, não há a necessidade de realização de outras contratações paralelas ou interdependentes com empresas distintas para o alcance do objetivo pretendido.

11.2. A solução ora proposta, que visa a aquisição de munições de manejo/inertes, é autônoma e suficiente para atender integralmente à necessidade apresentada pela área demandante, não estando condicionada à execução de outros contratos acessórios ou complementares.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano Anual de Contratações de 2025 da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, bem como aos objetivos estratégicos institucionais, às necessidades corporativas da Secretaria Nacional de Políticas Penais e às orientações da Controladoria-Geral da União, que recomenda a elaboração de Estudo Técnico Preliminar para todas as aquisições públicas, independentemente da complexidade ou valor envolvido.

12.2. Ademais, o objeto desta contratação está formalmente previsto no Planejamento Geral de Contratações, conforme consta em documento vinculado ao presente processo administrativo eletrônico SEI nº 08016.022705/2024-04, evidenciando a integração entre a demanda e os instrumentos oficiais de planejamento da Administração, nos termos do disposto no art. 7º da IN SEGES nº 58/2022 e do Manual de Licitações e Contratos do TCU.

12.3. Entretanto, em atenção ao apontamento da Consultoria Jurídica, verificou-se que o documento registrado sob o SEI nº 30984125 prevê, de forma expressa, a aquisição de munições com calibre de até 30 mm. Diante disso, procedeu-se à análise técnica das especificações dos itens a serem licitados, com vistas a aferir a compatibilidade entre os objetos pretendidos e os limites estabelecidos no PCA.

12.4. Após avaliação técnica, constata-se que todos os calibres previstos na presente contratação — 9x19mm, 5,56x45mm, 7,62x51mm e 12 Gauge — estão **integralmente dentro do limite de 30 mm**. Em especial, quanto à munição **12 Gauge**, esclarece-se que, embora o sistema de medição “gauge” não se refira diretamente ao diâmetro em milímetros, sua conversão técnica resulta em um diâmetro de aproximadamente **0,729 polegadas**, o que equivale a **18,52 mm**, portanto, **inferior ao limite de 30 mm** estabelecido no PCA.



12.5. Dessa forma, reafirma-se que **todo o objeto da contratação encontra-se devidamente previsto no Plano Anual de Contratações de 2025**, não havendo qualquer extrapolação dos limites técnicos ou orçamentários previamente estabelecidos. A presente contratação, portanto, observa os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e da conformidade com os instrumentos de governança institucional, estando apta a prosseguir nos termos da legislação vigente.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1 A contratação para aquisição de munições de manejo/inertes proporciona uma série de benefícios diretos e indiretos, alinhados aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Além disso, a solução adotada contribui para impactos ambientais positivos, promovendo uma gestão responsável e sustentável.

### **13.2 Benefícios Diretos**

#### **13.2.1. Economicidade:**

- A aquisição diretamente junto ao fornecedor exclusivo elimina custos com intermediários, garantindo preços mais competitivos e vantajosos.
- Redução de custos com transporte e logística, especialmente por tratar-se de uma solução nacional, evitando despesas com importação, frete internacional e taxas alfandegárias.

#### **13.2.2. Eficácia e Eficiência:**

- Atendimento pleno às necessidades institucionais da SENAPPEN, com munições compatíveis com o parque bélico existente e conformidade às exigências normativas.
- Garantia de prazos reduzidos para fornecimento, assegurando a continuidade das atividades operacionais e de formação dos servidores.

#### **13.2.3. Qualidade e Segurança:**

- Compatibilidade técnica que evita problemas de adaptação, reduzindo o tempo de treinamento e os riscos operacionais.

### **13.3. Benefícios Indiretos**

#### **13.3.1. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos:**

- A utilização de munições inertes de alta qualidade otimiza os treinamentos dos servidores, promovendo maior eficácia na capacitação e segurança no manejo de armamentos.
- Redução de acidentes e desgaste emocional, garantindo melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos nas atividades de treinamento e operação.

#### **13.3.2. Aproveitamento de Recursos Materiais:**

- A padronização dos calibres e especificações técnicas permite melhor gestão e uso dos armamentos, evitando desperdícios e prolongando a vida útil dos equipamentos existentes.
- Minimização de danos ao parque bélico durante os treinamentos, reduzindo custos com manutenção e reposição.

#### **13.3.3. Gestão Financeira Responsável:**

- A escolha pela solução nacional diminui a exposição às oscilações cambiais e evita despesas adicionais com importação, gerando economia significativa para os cofres públicos.
- Racionalização do orçamento destinado à formação e capacitação, possibilitando que outros projetos sejam contemplados com os recursos poupados.

#### **13.3.4. Impactos Ambientais Positivos:**

- A produção nacional de munições reduz significativamente a pegada de carbono associada ao transporte internacional.
- O uso de munições inertes minimiza resíduos perigosos e impactos ambientais, contribuindo para práticas mais sustentáveis no treinamento institucional.

13.4. A contratação proposta não apenas atende às necessidades específicas da Administração Pública, mas também gera benefícios significativos em termos de economicidade, eficiência operacional e sustentabilidade ambiental. Essa abordagem demonstra um compromisso da SENAPPEN com a gestão responsável dos recursos públicos e a busca contínua por práticas que valorizem o equilíbrio entre eficácia institucional e responsabilidade social.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Concluído o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e confirmada a viabilidade técnica e econômica da contratação, as seguintes providências deverão ser adotadas pela equipe técnica da área requisitante, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a IN SEGES nº 58/2022, com a IN SEGES nº 81/2022, e com os normativos internos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN):

**a) Elaboração do Termo de Referência (TR):**

Deverá conter as especificações técnicas detalhadas das munições inertes, os critérios de aceitabilidade, os quantitativos estimados, as condições de fornecimento, as exigências de qualidade, a forma de recebimento, as garantias, bem como os demais elementos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES nº 81/2022.

**b) Realização da Pesquisa de Preços:**

A ser conduzida nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com observância das diretrizes da Instrução Normativa SEGES nº 65/2021 e do Caderno de Logística - Pesquisa de Preços da Administração Pública Federal, visando garantir a estimativa adequada do valor da contratação, a vantajosidade da proposta vencedora e a mitigação de riscos de direcionamento do certame.

**c) Atualização da Análise de Riscos:**

Deverá ser realizada uma Análise de Riscos Complementar, com detalhamento e atualização da matriz de riscos já apresentada neste ETP, bem como com a definição de medidas preventivas e mitigatórias, conforme determina o art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

**d) Escolha da Modalidade e Regime de Contratação:**

Com base no valor estimado e nas características do objeto, a equipe técnica da SENAPPEN deverá dar seguimento ao fluxo procedimental necessário para a realização de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Decreto nº 11.462/2023 e dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, sempre considerando os critérios de vantajosidade, competitividade e economicidade.

**e) Análise Jurídica:**

O processo deverá ser submetido à análise da Assessoria Técnica e da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para manifestação conclusiva quanto à legalidade, regularidade e conformidade do procedimento, conforme exigência do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

**f) Publicação do Edital:**

Após aprovação jurídica, o edital e seus anexos deverão ser publicados nos meios oficiais de divulgação, incluindo, obrigatoriamente, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Diário Oficial da União e outros sistemas que venham a ser aplicáveis, nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/2021, assegurando ampla publicidade e isonomia no acesso à disputa.

**g) Planejamento da Gestão Contratual:**

Encerrado o certame, a equipe gestora deverá planejar e executar todas as etapas subsequentes, incluindo assinatura contratual, fiscalização da execução, recebimento das munições, conferência técnica dos materiais entregues e, se necessário, a aplicação de penalidades previstas em contrato, sempre em observância ao disposto nos arts. 117 a 124 da Lei nº 14.133/2021, que tratam da gestão, execução e fiscalização dos contratos administrativos.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Com foco na sustentabilidade e visando minimizar a poluição e os impactos ambientais negativos, a Contratada deverá cumprir os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

15.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente incorporados à descrição técnica do objeto, esta contratação observará os requisitos gerais previstos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelecem diretrizes para aquisições sustentáveis no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

15.3. Embora o referido Guia não apresente recomendações específicas sobre munições de manejo/inertes, é possível aplicar os princípios gerais de sustentabilidade, exigindo-se das licitantes comprovação do atendimento a critérios ambientais durante a fabricação e o acondicionamento dos produtos. Tal comprovação poderá ocorrer por meio de certificações emitidas por instituições públicas oficiais, entidades credenciadas ou outros meios de prova equivalentes, ou ainda por declaração formal de compromisso com o cumprimento dos requisitos ambientais constantes no Termo de Referência.

15.4. Nesse sentido, o **Tribunal de Contas da União (TCU)** já se manifestou de forma favorável à adoção de critérios sustentáveis nas contratações públicas, mesmo quando isso possa implicar reflexos sobre a economicidade, desde que haja fundamentação motivada:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências." (**Acórdão nº 1375/2015 – Plenário/TCU**, Relator: Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84).

15.5. Com base nesse entendimento e com fundamento no **art. 5º da IN SLTI nº 1/2010**, poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

- **Produtos com certificação ambiental emitida por órgão oficial ou entidade credenciada**, como o **INMETRO**, que atestem menor impacto ambiental em comparação aos similares;
- **Embalagens preferencialmente individuais, de menor volume possível, feitas com material reciclável**, garantindo segurança no transporte e armazenamento;
- **Ausência de substâncias perigosas acima dos limites previstos em normas técnicas e ambientais nacionais e internacionais**, como a **diretiva RoHS**.

15.6. Ainda, a contratada deverá, quando aplicável, adotar boas práticas ambientais e de saúde ocupacional, tais como:

- separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos;
- fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios /poluição;
- promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados por suas atividades;
- promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A marcação "viável com restrições" constante anteriormente neste item, foi realizada indevidamente, por equívoco material, não refletindo o juízo técnico da equipe de planejamento. Após análise dos elementos que instruem o presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação objeto deste processo é plenamente **viável**, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

A viabilidade decorre da demonstração inequívoca da necessidade institucional, da compatibilidade com o Plano Anual de Contratações, da aderência às diretrizes estratégicas da SENAPPEN e da conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e vantajosidade, conforme previsto nos arts. 11 e 18 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Ademais, o levantamento mercadológico realizado, aliado à análise técnica e operacional do objeto, evidencia a exequibilidade da contratação sob os aspectos jurídico, logístico e financeiro, não havendo qualquer óbice que justifique restrição à sua implementação.

Diante disso, propõe-se a retificação da marcação para "viável", excluindo-se a referência a restrições, por não representar o entendimento técnico consolidado neste estudo.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE RENATO GOMES VAZ**

Autoridade competente

**RODRIGO DIAS DE SOUZA GONCALVES**

Membro da comissão de contratação

**SERGIO TARTARI**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 01/12/2025 às 10:09:13.*